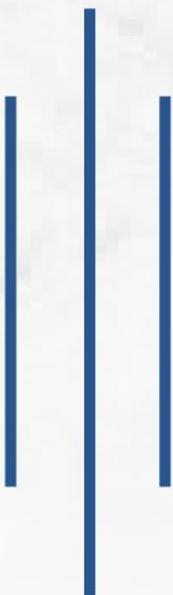




DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS



3º Trimestre de 2025



Sumário

Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	5
Demonstrações dos Valores Adicionados	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	9
3. Políticas contábeis e correção de erros	13
4. Caixa e equivalentes de caixa	13
5. Clientes	15
6. Créditos diversos	17
7. Ativo mantido para venda	17
8. Imobilizado	18
9. Intangível	19
10. Consignações	19
11. Obrigações a pagar	20
12. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	20
13. Participação nos lucros ou resultados	20
14. Dividendos e Juros sobre capital próprio	20
15. Outras obrigações	21
16. Créditos tributários – Ativo Circulante	21
17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante	21
18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante	22
19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais	22
20. Benefícios a empregados – Passivo Circulante	26
21. Benefício a empregados - Atuarial	27
22. Patrimônio líquido	28
23. Resultado do exercício	29
24. Partes relacionadas	39
25. Outras notas explicativas	43
26. Condições específicas do Serpro	44

Balanços Patrimoniais

em R\$ mil

Ativo	NE	Set/2025	Dez/2024	Passivo	NE	Set/2025	Dez/2024
Circulante		3.413.573	3.120.617	Circulante		1.321.955	1.229.876
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.527.226	1.924.576	Consignações	10	72.402	81.133
Créditos a receber		1.864.578	1.175.562	Tributos e encargos sociais	17	126.824	98.460
Clientes	5	1.488.708	811.358	Depósitos diversas origens		1.990	2.252
Créditos tributários	16	185.127	235.463	Obrigações a pagar		1.120.739	1.048.031
Ressarcimento de pessoal	24	56.080	54.374	Fornecedores	11	288.162	391.306
Créditos diversos a receber	6	134.663	74.367	Pessoal	12	649.065	430.752
Outros Ativos		108	348	Benefícios a empregados	20	25.100	15.200
Ativos mantidos para venda	7	20.131	20.131	Participação nos lucros ou resultados	13	813	43.043
Despesas Antecipadas		1.530	0	Juros sobre capital próprio	14	152.322	163.237
Não Circulante		1.840.918	1.808.210	Outras obrigações		5.277	4.493
Realizável a longo prazo		924.161	910.354	Não Circulante		1.050.723	971.052
Depósitos judiciais e recursais	19	397.044	419.620	Obrigações tributárias	18	65.588	59.646
Ressarcimento de pessoal	24	296.456	277.972	Provisões trabalhistas, cíveis, admin e fiscais	19	716.450	666.897
Créditos tributários diferidos		101.639	90.259	Benefícios pós-emprego	21	268.189	244.013
Créditos realizáveis a longo prazo	24	128.729	122.179	Outras obrigações		496	496
Outros ativos		293	324	Patrimônio Líquido		2.881.813	2.727.899
Investimento		243	988	Capital		1.786.196	1.786.196
Imobilizado	8	853.839	817.478	Reservas		685.484	915.072
Intangível	9	62.675	79.390	Reservas de reavaliação	22	89.821	90.877
				Reservas de lucros	22	162.730	162.730
				Reservas de retenção	22	432.933	432.933
				Dividendos adicionais propostos	22	0	228.532
				Outros resultados abrangentes	22	34.200	26.631
				Lucros/Prejuízos acumulados	23	375.933	0
Total do Ativo		5.254.491	4.928.827	Total do Passivo		5.254.491	4.928.827

Demonstrações dos Resultados

em R\$ mil

	3T/2025	3T/2024	Set/2025	Set/2024
Receita operacional líquida	1.220.598	1.028.918	3.272.001	2.808.208
Custo dos serviços prestados	(588.976)	(489.984)	(1.655.557)	(1.399.996)
Lucro bruto	631.622	538.934	1.616.444	1.408.212
Despesas/Receitas operacionais	(455.117)	(473.420)	(1.193.507)	(1.018.293)
Despesas com vendas	(27.527)	(23.789)	(76.928)	(56.089)
Despesas gerais e administrativas	(415.042)	(329.359)	(1.108.797)	(793.978)
Perdas Líquidas com créditos a receber	(11.575)	(115.323)	(3.995)	(146.702)
Outras despesas e receitas operacionais	(973)	(4.949)	(3.787)	(21.524)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	176.505	65.514	422.937	389.919
Resultado financeiro	50.090	40.588	173.828	139.226
Receitas financeiras	61.367	48.820	207.416	158.483
Despesas financeiras	(11.277)	(8.232)	(33.588)	(19.257)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	226.595	106.102	596.765	529.145
Imposto de renda e contribuição social	(30.644)	(51.290)	(69.565)	(102.829)
Correntes	(43.872)	(86.401)	(82.169)	(152.592)
Diferidos	13.228	35.111	12.604	49.763
Lucro líquido do exercício	195.951	54.812	527.200	426.316

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

em R\$ mil

	3T/2025	3T/2024	Acumulado Set/2025	Acumulado Set/2024
Resultado Líquido do Período	195.951	54.812	527.200	426.316
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(1.046)	606	7.568	3.841
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(1.154)	(161)	(745)	237
Tributos Diferidos sobre instrumentos financeiros	169	0	238	-
Passivo Atuarial - EFPC Serpros	-	0	0	-
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros	(300)	564	(430)	2.649
Passivo Atuarial - PAS/Serpro	-	0	0	-
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro	239	203	343	955
Passivo Atuarial - Programa de Demissão	-	0	9.538	-
Tributos Diferidos sobre Programa de Demissão	-	0	(1.376)	-
Resultado Abrangente no Período	194.905	55.418	534.768	430.157

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em R\$ mil

Atividades Operacionais	Set/2025	Set/2024
Lucro antes da tributação do IR e CS	596.763	529.145
Depreciação e amortização	178.004	154.246
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.995	146.702
Provisão acordo coletivo de trabalho	84.491	50.710
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	54.133	(41.433)
Provisões benefício pós-emprego	33.714	31.729
Resultado de softwares desenvolvidos	(5.251)	0
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(73.649)	62.786
Receitas Financeiras	(6.550)	(6.047)
Resultado com Provisões tributárias	83.602	94.255
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	1.528	21.472
Lucro ajustado	950.780	1.043.565
Variação em ativos e passivos operacionais	(785.666)	(1.271.184)
Contas a Receber	(600.615)	(1.134.954)
Pessoal a Pagar	98.397	98.462
Fornecedores	(100.049)	(7.111)
Obrigações Tributárias/Imunidade	(100.724)	(32.100)
Outras variações do imobilizado	(45.897)	(36.106)
Outras variações	(36.778)	(159.375)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.664)	(67.892)
Juros Pagos	9.425	6.657
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	151.875	(288.854)
Imobilizado	(141.578)	(64.097)
Intangível	(6.453)	(8.482)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(148.031)	(72.579)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(401.194)	(263.598)
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	(397.350)	(625.031)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.527.226	1.350.154

Demonstrações dos Valores Adicionados

Geração do Valor Adicionado	Set/2025	Set/2024
Receitas	3.597.400	3.010.305
Receita Operacional Bruta	3.746.460	3.190.956
Resultado com créditos a receber	(3.995)	(146.702)
Descontos Concedidos	(529)	(2.848)
Vendas Canceladas	(145.592)	(32.818)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)	1.056	1.717
Insumos adquiridos de terceiros	(640.708)	(482.423)
Valor adicionado bruto	2.956.692	2.527.882
Retenções	(315.855)	(164.987)
Depreciações e Amortizações	(178.004)	(154.246)
Resultados com Ações Judiciais	(137.851)	(10.741)
Valor adicionado líquido	2.640.837	2.362.895
Recebido de terceiros	207.416	158.483
Valor adicionado total a distribuir	2.848.253	2.521.378
Distribuição do valor adicionado	Set/2025	Set/2024
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	1.710.859	1.529.167
Governo (Impostos e Contribuições)	561.960	534.113
Capitais de Terceiros	37.754	23.408
Capitais de Próprio		
Atualização dividendos e JCP ano anterior	9.425	6.657
Dividendos e JCP anterior ano atual	152.322	112.428
Lucros Retidos	375.933	315.605
Valor adicionado total distribuído	2.848.253	2.521.378

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em R\$ mil

	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.			
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	-	(393.012)	1.936.218
Lucros/Prejuízos líquidos	0	0	0	0	0	426.317	0	426.317
Dividendos adicionais requeridos	0	0	0	(149.882)	0	0	0	(149.882)
Realização de Res. de reavaliação	0	(1.717)	0	0	0	1.717	0	0
Juros Capital Próprio creditados	0	0	0	0	0	(112.428)	0	(112.428)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0		3.841	3.841
Saldo em 30 de Set/2024	1.786.196	91.209	128.472	171.754	0	315.606	(389.171)	2.104.066

	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adic.			
Saldo em 31 de dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	527.199	0	527.199
Realização de Res. de Reavaliação	0	(1.056)	0	0	0	1.056	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(152.322)	0	(152.322)
Dividendos adic. Propostos pagos	0	0	0	0	(228.532)	0	0	(228.532)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	7.569	7.569
Saldo em 30 de Set/2025	1.786.196	89.821	162.730	432.933	0	375.933	34.200	2.881.813

1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. É o protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Desempenho Empresarial no Setor Público

As estatais federais têm sido notícia na imprensa, em razão de "déficits" recentes. Ao avaliar o desempenho das empresas públicas tendo por referência indicadores fiscais, como *superávit* ou *déficit*, é necessário cautela para não incorrer em erro na análise, interpretando conceitos diferentes como se sinônimo fossem, onde *déficit* é facilmente associado a "prejuízo". Conforme Nota oficial divulgada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o resultado primário (*superávit* ou *déficit*) das empresas estatais federais não dependentes (o caso do Serpro) é calculado a partir da diferença entre suas receitas e suas despesas (incluindo investimentos) dentro de um determinado período. Ele não contabiliza os recursos que as empresas já traziam em seus caixas de períodos anteriores, nem eventuais receitas de financiamentos, por exemplo.

O resultado primário, nesse sentido, não é uma medida adequada de saúde financeira da companhia. É comum empresas registrarem *déficit* primário mesmo com aumento do lucro se estiverem acelerando seus investimentos, na expansão/modernização dos negócios. O Serpro, por exemplo, ampliou o consumo de caixa para fazer frente aos investimentos necessários e atender demandas estratégicas do Estado Brasileiro, como, por exemplo, a estrutura física e lógica que suportará a Reforma Tributária do Consumo no Brasil.

Sazonalidade do Fluxo Financeiro

É importante considerar que a dinâmica financeira do setor público possui especificidades, como prazos diferenciados para execução orçamentária e fluxos de pagamento que podem impactar momentaneamente os resultados financeiros do Serpro, como por exemplo uma variação do estoque de Contas a Receber dos clientes públicos OGU (que representam a maior parte do faturamento), que acompanha a capacidade financeira dessas entidades.

A sazonalidade das receitas, fortemente influenciada pela execução orçamentária do Governo Federal, tem efeito direto na capacidade operacional da empresa ao longo do ano, tendo em vista que a maior parte da receita da

empresa provém de contratos com entidades públicas. A sazonalidade, combinada com os efeitos dos indicadores macroeconômicos — como inflação, taxa de juros e restrições fiscais — pode comprometer a capacidade de investimento e custeio do Governo, impactando diretamente os negócios do SERPRO. A empresa, portanto, está sujeita a oscilações que exigem planejamento financeiro e estratégias de mitigação de riscos.

Agente Estratégico para o Estado Brasileiro

O SERPRO como agente estratégico de Governo, vem direcionando parte de seus fluxos financeiros na materialização de investimentos estratégicos, como a Nuvem de Governo, além de ser o fomentador tecnológico da Reforma Tributária no país. Como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do 3º Trimestre de 2025, encerrado em 30 de setembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 11 de novembro de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

Em razão de melhorias implementadas no processamento de Custos, o CSP e as Despesas Operacionais foram reprocessadas, conforme descrição na Nota Explicativa 23.3. Os impactos estão demonstrados no quadro a seguir.

	Set/2025	Set/2024 Reclassificado	Set/2024 Publicado	Reclassificação
Receita operacional líquida	3.272.001	2.808.208	2.808.208	0
Custo dos serviços prestados	(1.655.557)	(1.399.996)	(1.539.367)	139.371
Lucro bruto	1.616.444	1.408.212	1.268.841	139.371
Despesas/Receitas operacionais	(1.193.507)	(1.018.293)	(878.922)	(139.371)
Despesas com vendas	(76.928)	(56.089)	(194.994)	138.905
Despesas gerais e administrativas	(1.108.797)	(793.978)	(515.702)	(278.276)
Perdas Liquidas com créditos a receber	(3.995)	(146.702)	(146.702)	0
Outras despesas e receitas operacionais	(3.787)	(21.524)	(21.524)	0
Lucro operacional antes do resultado financeiro	422.937	389.919	389.919	0
Resultado financeiro	173.828	139.226	139.226	0
Receitas financeiras	207.416	158.483	158.483	0
Despesas financeiras	(33.588)	(19.257)	(19.257)	0
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	596.765	529.145	529.145	0
Imposto de renda e contribuição social	(69.565)	(102.829)	(102.829)	0
Correntes	(82.169)	(152.592)	(152.592)	0
Diferidos	12.604	49.763	49.763	0
Lucro líquido do exercício	527.200	426.316	426.316	

Na demonstração do Caixa das Atividades Operacionais da DFC, foram realizadas reclassificações entre os grupos de provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas; resultado com provisões tributárias; e variações ativas e passivas, com objetivo de evidenciar, no grupo Obrigações Tributárias/Imunidade, os efeitos das devoluções aos clientes, dos benefícios decorrentes da imunidade tributária recíproca aplicada ao ISS, PIS-PASEP e COFINS. Essas reclassificações não alteram a movimentação líquida do caixa e estão apresentadas a seguir:

Atividades Operacionais	set/25	set/24 reclassificado	Set/24 Publicado	reclassificação
Lucro antes da tributação do IR e CS	596.763	529.145	529.145	0
Depreciação e amortização	178.004	154.246	154.246	0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.995	146.702	146.702	0
Provisão acordo coletivo de trabalho	84.491	50.710	50.710	0
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	54.133	(41.433)	(27.572)	(13.861)
Provisões benefício pós-emprego	33.714	31.729	31.729	0
Resultado de softwares desenvolvidos	(5.251)	0	0	0
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(73.649)	62.786	62.786	0
Receitas Financeiras	(6.550)	(6.047)	(6.047)	0
Resultado com Provisões tributárias	83.602	94.255	(38.349)	132.604
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	1.528	21.472	21.472	0
Lucro ajustado	950.780	1.043.565	924.822	118.743
Variação em ativos e passivos operacionais	(785.666)	(1.271.184)	(1.152.441)	(118.743)
Contas a Receber	(600.615)	(1.134.954)	(1.134.954)	0
Pessoal a Pagar	98.397	98.462	98.462	0
Fornecedores	(100.049)	(7.111)	(7.111)	0
Obrigações Tributárias/Imunidade	(100.724)	(32.100)	0	(32.100)
Outras variações do imobilizado	(45.897)	(36.106)	(36.106)	0
Outras variações	(36.778)	(159.375)	(72.732)	(86.643)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.664)	(67.892)	(67.892)	0
Juros Pagos	9.425	6.657	6.657	0

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	151.875	(288.854)	(288.854)	0
Imobilizado	(141.578)	(64.097)	(64.097)	0
Intangível	(6.453)	(8.482)	(8.482)	0
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(148.031)	(72.579)	(72.579)	0
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)	(263.598)	0
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(401.194)	(263.598)	(263.598)	0
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	(397.350)	(625.031)	(625.031)	0
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185	1.975.185	0
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.527.226	1.350.154	1.350.154	0

2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1
Redução ao valor recuperável	5.1.1
Depreciação/Amortização	8 e 9
Provisões Judiciais e Administrativas	19
Benefícios a Empregados	21

2.10 Evento subsequente

2.10.1 - Arrendamento

Em 2025, o SERPRO celebrou contrato de arrendamento de ativos de tecnologia (superior a 12 meses), cujo objeto contempla a disponibilização de equipamentos de armazenamento e processamento de dados destinados à modernização de sua infraestrutura, visando atender relevantes projetos nacionais.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a operação foi classificada como arrendamento, a ser reconhecida em outubro de 2025, de Ativo de direito de uso no valor estimado de R\$ 1.100,0 milhões; Passivo de arrendamento no mesmo valor, mensurado pelo valor presente das parcelas contratuais futuras, descontadas à taxa incremental de financiamento estimada para o período.

O contrato, com estrutura complexa, estabelece pagamentos mensais fixos, sem cláusulas de opção de compra ou valores residuais garantidos. O lançamento inicial do ativo e do passivo será efetuado na competência de outubro de 2025 com a apuração do valor exato do contrato, não impactando as demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2025, razão pela qual o evento é divulgado nesta nota como evento subsequente não ajustável, conforme previsto no CPC 24 – Evento Subsequente.

A depreciação do ativo de direito de uso será reconhecida linearmente ao longo da vigência contratual, e os encargos financeiros do passivo serão apropriados ao resultado conforme o método do custo amortizado, observando-se o regime de competência.

O impacto econômico e financeiro será refletido nas demonstrações contábeis do 4º trimestre de 2025, com aumento proporcional no ativo imobilizado (direito de uso) e no passivo não circulante. A operação contribui para a modernização tecnológica e a continuidade das ações de suporte aos grandes projetos nacionais, como a Reforma Tributária.

3. Políticas contábeis e correção de erros

3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Caixa/ Bancos	61.176	200.809
Aplicação financeira	1.466.050	1.723.767
Caixa e equivalente de caixa	1.527.226	1.924.576

O saldo de R\$ 1.527,2 milhões foi gerado ao longo dos exercícios pela geração de caixa do negócio e está disponível para uso sem restrições de qualquer natureza com terceiros, como garantias bancárias e *covenants* em contratos.

4.1 Bancos contas movimento

A variação observada, de R\$ 200,8 milhões para R\$ 61,2 milhões decorre, principalmente, de aplicação financeira e do consumo operacional dos saldos existentes no encerramento de 2024.

O valor de R\$ 61,2 milhões apresentado em setembro de 2025 se refere aos saldos mantidos no exterior, na conta do Banco do Brasil em Nova York/EUA. A manutenção de tais saldos no exterior visa atender a projetos estratégicos que tenham compromissos firmados/atrelados em moeda estrangeira, devendo ser suficiente para a cobertura dos desembolsos de curto prazo. Os saldos incrementais da conta, são movimentados de acordo com os critérios internos definidos para proteção cambial.

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/24)	1.280.436	443.331	1.723.767
Aplicações	458.841	201.858	660.699
Resgates	(642.903)	(470.891)	(1.113.794)
Rendimento Líquido	44.074	9.818	53.892
Saldo Final (31/03/25)	1.140.448	184.116	1.324.564
Aplicações	279.071	108.836	387.907
Resgates	(322.085)	(266.117)	(588.202)
Rendimento Líquido	27.319	1.913	29.232
Saldo Final (30/06/25)	1.124.753	28.748	1.153.501
Aplicações	332.487	432.856	765.343
Resgates	(434.342)	(61.480)	(495.822)
Rendimento Líquido	36.640	6.388	43.028
Saldo Final (30/09/25)	1.059.538	406.512	1.466.050
Rentabilidade nos últimos 12 meses	13,0457%	13,0715%	
Rentabilidade no ano	10,7884%	10,7588%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022, o saldo total está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB). Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

A redução observada entre os meses de dezembro/2024 e setembro/2025 se dá, principalmente, pelo resgate destinado ao pagamento de dividendos ao acionista no mês de março (R\$ 401,2 milhões), pelos investimentos realizados no período, além de resgates para fazer frente aos compromissos financeiros imediatos, sem recomposição adequada dos saldos a receber originário das vendas de serviços.

4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

A seguir a DFC pelo método direto. Ressalta-se que houve alteração na sistemática de apuração, com exclusão do fluxo de caixa Créditos Tributários, impactando o Recebimento de Clientes, Pessoal e outras correções.

	Set/2025	Set/2024
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	2.471.098	1.774.321
Ressarcimento de pessoal requisitado	166.658	169.448
Rendimento de aplicações financeiras	149.915	110.063
Outros recebimentos	136.043	111.686
Tributos e encargos	(144.098)	(243.931)
Pessoal e encargos	(1.901.731)	(1.767.134)
Sentenças judiciais	(90.951)	(74.685)
Pagamentos a fornecedores	(635.059)	(368.622)
Caixa líquido das atividades operacionais	151.875	(288.854)
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(148.031)	(72.579)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(148.031)	(72.579)
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(401.194)	(263.598)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	(397.350)	(625.031)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.527.226	1.350.154

5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Créditos a receber a faturar	254.624	173.894
Créditos a receber de clientes a vencer	548.558	224.433
Vencidos até 30 dias	197.471	15.706
Vencidos de 31 a 60 dias	172.575	169.416
Vencidos de 61 a 90 dias	147.425	156.706
Vencidos de 91 a 180 dias	184.313	79.806
Vencidos de 181 a 365 dias	12.516	13.578
Vencidos mais de 365 dias	73.110	74.120
Créditos a receber	1.590.592	907.659
Perdas Incorridas	(44.057)	(29.462)
Perdas Estimadas	(43.567)	(52.626)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.260)	(14.260)
Total	1.488.708	811.311

A movimentação de créditos a receber, decorrentes de vendas a clientes, apresentou a seguinte movimentação no 3º trimestre de 2025:

Movimentação de Clientes	Valor
Saldo em dezembro/2024	907.659
(+) Entradas de Créditos	1.032.233
(-) Baixas de Créditos	(749.402)
(-) Ajustes de Competência	(31.709)
Saldo em março/2025	1.158.781
(+) Entradas de Créditos	1.154.467
(-) Baixas de Créditos	(893.605)
(-) Ajustes de Competência	79.767
Saldo em junho/2025	1.499.410
(+) Entradas de Créditos	1.314.307
(-) Baixas de Créditos	(1.255.166)
(-) Ajustes de Competência	32.041
Saldo em setembro/2025	1.590.592

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes.

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2024	52.626	29.462	82.088
Constituição	15.648	16.997	32.645
Reversão	(24.707)	(2.402)	(27.109)
Saldo em Set/2025	43.567	44.057	87.624

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 43,6 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 44,1 milhões), perfazendo um total de R\$ 87,6 milhões.

5.1.1 Redução ao valor recuperável de clientes

O valor de R\$ 14,3 milhões, que deve ser somado ao apresentado no item 5.1 para encontrar o valor total do PECLD de R\$ 101,8 milhões, decorre da redução de ativo relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, sobretudo do setor público, é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

6. Créditos diversos

O saldo de R\$ 134,7 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 79,1 milhões, além do registro de outros recebíveis, como por exemplo os boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro emitidos para empregados/ex-empregados (R\$ 15,2 milhões) e adiantamentos a prestadores de serviços (R\$ 29,2 milhões). Esses créditos são realizáveis no curto prazo, correspondendo a valores de baixa complexidade e sem risco relevante de inadimplência.

7. Ativo mantido para venda

Refere-se a bens não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação foi de R\$ 36,4 milhões.

8. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

	Edifícios		Terrenos		Obras em Andam.		Instalações		Benfeitorias em propriedades de terceiros		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.	Ativo	Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2024	142.415	(49.036)	54.158	18.996	152.593	(140.599)	1.817	(1.817)	1.480.572	(841.620)	1.850.550	(1.033.072)		
Adições	3.255			1.153	828				44.284		49.520	0		
Baixas				(4.157)			(417)	417	(12.151)	11.296	(16.725)	11.713		
Transferências/Ajuste									(38.691)		(38.691)	0		
Depreciação		(440)			(384)					(49.456)	0	(50.280)		
Saldo mar/2025	145.670	(49.476)	54.158	15.992	153.421	(140.983)	1.400	(1.400)	1.474.014	(879.780)	1.844.655	(1.071.639)		
Adições				1.000					49.063		50.063	0		
Baixas									(4.685)	4.325	(4.685)	4.325		
Transferências/Ajuste									(455)	70	(455)	70		
Depreciação		(447)			(398)				(51.428)	0	(52.273)			
Saldo jun/2025	145.670	(49.923)	54.158	16.992	153.421	(141.381)	1.400	(1.400)	1.517.937	(926.813)	1.889.578	(1.119.517)		
Adições				9.118					129.897		139.015	0		
Baixas				(378)					(83.149)	82.176	(83.527)	82.176		
Transferências/Ajuste	2.472			(3.939)	1.468						0	0		
Depreciação		(447)			(398)					(53.041)	0	(53.886)		
Saldo set/2025	148.142	(50.370)	54.158	21.793	154.889	(141.779)	1.400	(1.400)	1.564.685	(897.678)	1.945.066	(1.091.227)		

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos estão apresentadas a seguir:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

9. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a softwares identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos softwares desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2024	Entradas/Amortização	Saídas	Set/2025
Softwares	784.201	9.609	(8.710)	785.100
Adquiridos	755.400	4.358	(5.899)	753.859
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	(498)	24.052
Em construção	1.938	5.251	0	7.189
Estoque interno	2.313	0	(2.313)	0
(Amortização acumulada e Perdas estimadas)	(704.811)	(21.685)	4.071	(722.425)
Softwares adquiridos	(695.622)	(19.902)	3.640	(711.884)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(8.625)	(1.783)	431	(9.977)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
Valor Líquido	79.390	(12.076)	(4.639)	62.675

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

10. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Previdência social	24.527	17.821
Pensão alimentícia	46	46
IRRF	24.016	48.185
Tributos federais retidos	6.461	7.082
ISS	1.303	1.114
Plano de previdência e assistência médica	9.579	292
Entidades representativas de classes	173	1.061
Empréstimos, retenções e consignatários	6.297	5.532
Total	72.402	81.133

11. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 288,2 milhões (R\$ 391,3 milhões em dez/2024), resultado das operações comerciais do Serpro e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 649,1 milhões (R\$ 430,8 milhões em dez/2024), esta última detalhada na Nota Explicativa 12.

12. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Férias	254.632	248.218
Licença prêmio	186.385	178.865
13º salário	111.738	0
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	90.248	0
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	6.058	3.665
Total	649.065	430.752

A variação observada entre set/2025 e dez/2024 (R\$ 218,3 milhões no total) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição das provisões de 13º salário (R\$ 111,7 milhões) e à provisão para o Acordo Coletivo de 2025, cuja data base é maio (R\$ 90,2 milhões).

13. Participação nos lucros ou resultados

A variação do saldo é decorrente do pagamento a empregados e administradores, em junho de 2025, de valores referentes aos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2024 e de Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2024 e anteriores, respectivamente. A participação dos administradores atende ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

14. Dividendos e Juros sobre capital próprio

O saldo de R\$ 152,3 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JSCP no período de janeiro a setembro de 2025.

15. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

16. Créditos tributários – Ativo Circulante

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	180.131	227.226
IR e CSLL a recuperar/compensar	238.572	215.033
IRRF a compensar	23.728	30.010
IRPJ a recolher	(34.157)	-
CSLL a recolher	(48.012)	(17.817)
Tributos Municipais	4.992	8.237
ISS a compensar	4.981	8.226
INSS a compensar	11	11
Tributos s/ serviços no exterior	4	-
Total	185.127	235.463

17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Passivo fiscal diferido	26.450	19.369
PASEP / COFINS a recolher	64.374	48.271
CPRB a recolher	16.209	4.817
FGTS	10.789	16.677
ISS a recolher	8.732	9.287
Outros tributos	270	39
Total	126.824	98.460

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Já os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante

Descrição	Set/2025	Dez/2024
PASEP/COFINS a recolher	-	216
ISS a recolher	-	-
ISS renegociado	65.588	59.430
IPTU a Recolher	-	-
Total	65.588	59.646

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 65,6 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais. São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Provisões Judiciais	448.833	376.216
Provisões Trabalhistas	435.263	336.044
Provisões Cíveis	13.246	39.848
Provisões Fiscais	324	324
Provisões Administrativas	267.617	290.681
Saldo	716.450	666.897

19.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para resarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repactuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Provisões ISS imunidade	133.663	136.695
Provisões COFINS imunidade	110.694	126.452
Provisões ICMS imunidade	-	54
Provisões PIS/PASEP imunidade	23.260	27.480
Total	267.617	290.681

A diferença entre os períodos de dez/2024 e set/2025, R\$ 23,1 milhões, refere-se à atualização dos saldos, considerando os faturamentos ocorridos no período, bem como as devoluções a clientes. Cumpre destacar que os

valores referentes ao PIS/PASEP e COFINS são apurados com base no regime cumulativo. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuam a cobrança de valores junto ao Serpro.

19.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

A empresa reconhece provisões judiciais quando há uma obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação provavelmente exigirá a saída de recursos econômicos e cujo valor pode ser estimado com confiabilidade, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A contrapartida da provisão é registrada em “Resultado com Ações Judiciais” na demonstração do resultado.

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação, sendo atualizadas conforme a evolução dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos. As provisões podem ser revertidas caso a estimativa de perda deixe de ser considerada provável ou quando a obrigação for efetivamente liquidada.

Os processos judiciais são classificados em estratégicos e não estratégicos, conforme critérios de materialidade e relevância jurídica. São considerados estratégicos os processos com risco de sucumbência superior a R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que, por avaliação jurídica, envolvam matérias de natureza relevante. Os demais processos, com valores de risco geralmente inferiores a esse limite, são classificados como não estratégicos.

Tanto os processos estratégicos quanto os não estratégicos podem ser avaliados com risco de perda provável ou possível:

Processos estratégicos com risco provável: são provisionados individualmente, com base em estimativas confiáveis, independentemente da fase processual. O risco é atribuído pelo advogado responsável, o reconhecimento contábil é realizado pela área de contabilidade, e a mensuração é conduzida pelo perito assistente, considerando os cálculos homologados, os valores incontroversos ou os cálculos do SERPRO com base nos pedidos do reclamante.

Processos não estratégicos com risco provável: são provisionados de forma massificada, por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos por tipo de pedido principal, calculado com base nos processos arquivados nos últimos cinco anos. Esse tíquete médio é multiplicado pela quantidade de processos ativos no período em análise, resultando na estimativa de provisão a ser reconhecida.

Processos com risco possível: não impactam o valor da provisão reconhecida no balanço, mas são continuamente monitorados e divulgados em Nota Explicativa, conforme exigido pelas normas contábeis.

Para a elaboração das estimativas são consideradas todas as informações disponíveis relativas aos processos judiciais em que a empresa é parte envolvida, tendo os processos as principais temáticas:

Trabalhista – em sua maioria, são ações de envolvendo empregados próprios ativos e inativos, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem gratificação de função específica, reintegração, progressão funcional, desvio de cargo, gratificação de função de confiança.

Cível - são, principalmente, ações em que se discute reintegração, obrigação de pagar decorrentes de compromissos contratuais, reparação de danos.

Tributária - a empresa é parte em processos de tributos municipais, principalmente, ISS.

19.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2024	40.172	336.044	376.216
Processos que entraram na provisão	1.904	17.436	19.340
Processos que saíram da provisão	0	(12.699)	(12.699)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.131	13.113	14.244
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.652)	(2.620)	(5.272)
Saldo em 31/03/2025	40.555	351.274	391.829
Processos que entraram na provisão	0	9.155	9.155
Processos que saíram da provisão	(1.517)	(1.910)	(3.427)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	835	37.209	38.044
Redução nos processos anteriormente provisionados	(26.064)	(12.775)	(38.839)
Saldo em 30/06/2025	13.809	382.953	396.762
Processos que entraram na provisão	0	30.285	30.285
Processos que saíram da provisão	0	(22.738)	(22.738)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	0	60.558	60.558
Redução nos processos anteriormente provisionados	(236)	(15.798)	(16.034)
Saldo em 30/09/2025	13.573	435.260	448.833

A movimentação dos processos impactou negativamente no resultado em R\$ 52,1 milhões no 3º trimestre de 2025, quando comparado ao 2º trimestre de 2025. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 90% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

19.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da estrita legalidade, julga-se que o reembolso é devido e praticamente certo.

Tipo de ação	Set/2025	Dez/2024
Sem expectativa de reembolso	308.020	253.886
Com expectativa de reembolso	140.813	122.331
Saldo da provisão	448.833	376.217

19.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos. O total de possíveis monta 280 processos, correspondendo a R\$ 188,6 milhões, sendo 20 processos classificados como estratégicos e 260 processos classificados como não estratégico, correspondendo a R\$ 177,9 milhões e R\$ 10,6 milhões, respectivamente.

Risco Processual Possível	Set/2025		Dez/2024	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	264	17.598	257	16.763
Processos Trabalhistas	11	145.769	9	152.330
Processos Tributários	5	25.257	1	24.499
Total	280	188.624	267	193.592

19.2.4. Precatórios

O SERPRO iniciará a emissão de precatórios como medida para garantir a regularidade e a transparência nas obrigações assumidas em processos judiciais. Um precatório é um título de crédito emitido pelo Poder Judiciário, que garante o pagamento de créditos reconhecidos em ações judiciais. Essa prática reflete o comprometimento do Serpro com a conformidade legal e a melhoria de seu processo de gestão.

A adoção desse sistema tem implicações financeiras significativas, vez que não haverá desembolso imediato quando da execução dos processos judiciais, e sim uma reserva de recursos suficientes para honrar os compromissos determinados pela Justiça. Essa medida contribui para a estabilidade financeira e visa assegurar o cumprimento de sentenças judiciais com maior previsibilidade.

Os efeitos da adesão ao sistema de precatórios começarão a ser perceptíveis a partir do 4º trimestre de 2025. Nesse período, a empresa espera que a emissão de precatórios contribua para a redução de incertezas sobre os desembolsos relacionados aos processos judiciais e para a otimização de seu fluxo de caixa.

19.2.5. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A Administração realiza monitoramento contínuo dos processos judiciais e administrativos, com o objetivo de assegurar que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecimento como provisão e a estimativa confiável dos valores envolvidos sejam analisadas e revisadas periodicamente.

Esses processos são, por natureza, contingentes, ou seja, sua resolução depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Em geral, tais eventos não estão sob controle da Companhia, o que reforça a necessidade de julgamento criterioso por parte da Administração. O ambiente jurídico em que esses processos se desenvolvem envolve incertezas que exigem o exercício de estimativas e julgamentos significativos quanto aos potenciais desfechos e seus respectivos impactos financeiros.

19.3. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Depósitos judiciais e recursais	395.501	419.436
Ações fiscais	1.543	184
Total	397.044	419.620

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram nas instituições estatais Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Ao longo do ano o grupo de depósitos judiciais apresentou a seguinte movimentação, considerando as entradas (Depósitos) e as saídas (Levantamentos):

Movimentação de Depósitos Judiciais	Valor
Saldo em dez/24	389.071
(+) Depósitos no Período	67.175
(+) Atualização Monetária	8.035
(-) Levantamentos	98.380
. Retorno ao Serpro	36.716
. Destinado a Terceiros	61.664
Saldo em set/25	365.901

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas a empresa contratou R\$4,8 milhões de seguro de garantia para a cobertura de R\$300 milhões em processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais.

20. Benefícios a empregados – Passivo Circulante

20.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com **autonomia** administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido (BD)	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

20.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	11.756	1.856
Total	25.100	15.200

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Em relação às contribuições paritárias, a diferença observada (R\$ 11,8 milhões em set/2025, ante R\$ 1,9 milhão em dez/2024) ocorreu pelo pagamento das contribuições de dezembro/2024 antes do encerramento do exercício, justificando a variação.

20.2 Assistência à Saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

20.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE	Empregados: R\$ 1.230,72 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2024/2025 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

20.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

21. Benefício a empregados - Atuarial

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo reflete, fundamentalmente, o cálculo da avaliação atuarial anual realizada ao fim de 2024. A variação observada até o 3º trimestre de 2025 representa o reconhecimento da parcela proporcional ao período (9/12 avos) da despesa atuarial, calculada por ocasião da referida avaliação atuarial, que indicou despesas anuais em 2025 de R\$ 31,2 milhões para o PAS/SERPRO, a título de estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, além de despesas projetadas para o Programa de Desligamento no total de R\$ 940 mil ao longo de 2025.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Plano de Assistência à Saúde	257.868	234.475
Programa de Desligamento	10.321	9.538
Total	268.189	244.013

22. Patrimônio Líquido

A variação positiva de R\$ 12,4 milhões do Patrimônio Líquido ocorreu pelos seguintes fatos: a transferência da Reserva de Dividendos Adicionais para o Passivo ainda no mês de março, totalizando R\$ 228,5 milhões a menor no Patrimônio Líquido; o resultado do período totalizando R\$ 331,2 milhões, com impacto positivo no Patrimônio Líquido; e a transferência de R\$ 9,5 milhões de Outros Resultados Abrangentes para o Resultado referente à avaliação atuarial do Programa de Desligamento, com impacto positivo no Patrimônio Líquido.

22.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

22.2 Reservas

22.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.165	43.035	(15.323)	90.877
Realização de reserva por depreciação	(978)			(978)
Atualização Imposto de Diferido			(78)	(78)
Saldo em 30 de setembro de 2025	62.187	43.035	(15.401)	89.821

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 89,8 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

22.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão, conforme tópicos a seguir.

22.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 34,3 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 162,7 milhões.

22.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo constituído no encerramento de 2024 dessa reserva (R\$ 432,9 milhões) permanece sem alteração.

22.2.3 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO e mais recentemente com o Programa de Desligamento (PDV), líquidos dos tributos diferidos. A ligeira variação (de R\$ 26,6 em dez/24 para R\$ 34,2 em set/25) refere-se à transferência do saldo do Programa de Desligamento para o Resultado, de modo a melhor representar a avaliação inicial atuarial realizada no PDV.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	206.504	206.504
Tributos Diferidos sobre Programas Previdenciários	(30.225)	(29.795)
Plano de Assistência à Saúde	(164.811)	(164.811)
Tributos Diferidos sobre Assist. à Saúde	24.123	23.780
Programa de Desligamento	0	(9.538)
Tributos Diferidos sobre Programa de Desligamento	0	1.376
Outros	(1.391)	(885)
Total	34.200	26.631

23. Resultado do exercício

Descrição	Set/2025	Set/2024
Receita Bruta	3.746.460	3.190.956
(-) Deduções	(474.460)	(382.748)
Receita operacional líquida	3.272.000	2.808.208
Custo dos serviços prestados	(1.655.557)	(1.539.367)
Lucro bruto	1.616.443	1.268.841
Despesas operacionais	(1.193.508)	(878.921)
Resultado financeiro	173.827	139.226
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	596.762	529.146
Tributos sobre o lucro	(69.564)	(102.829)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	527.198	426.317

23.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

23.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Set/2025	Set/2024
Hospedagem de Aplicações	2.141.968	1.984.745
Desenvolvimento e Manutenção de Software	239.876	169.413
Serpro MultiCloud	188.516	50.057
Atendimento a Ambientes de Rede Local	109.872	103.460
Gestão de Margem Consignável	90.039	82.729
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	83.206	81.754
Serviços a Faturar(Ajuste CPC47)	80.730	30.488
Datavalid	78.939	63.041
Consulta Online Senatran	67.362	62.226
Consulta CPF	66.645	58.454
Demais Obrigações de Desempenho	599.307	504.589
Total	3.746.460	3.190.956

23.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

O Serpro atende clientes públicos, tanto os que participam do Orçamento Geral da União (OGU) quanto as entidades desvinculadas do OGU, além de entidades do setor privado e pessoas físicas. Embora a carteira de clientes públicos seja predominante, em razão das características institucionais definidas na Lei de Criação, ao longo dos últimos anos o Serpro tem ampliado a carteira de clientes privados.

Até setembro de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes públicos (OGU e Não OGU) alcançou R\$ 2.385,5 milhões, ante os R\$ 2.108,5 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Receita Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação, conforme destacado a seguir:

Cliente Público	Set/2025	Set/2024
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.319.883	1.255.021
MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	598.755	440.754
Caixa Econômica Federal	163.459	107.206
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	160.919	185.253
Ministério dos Transportes	142.532	120.319
Total 5 maiores clientes PÚblicos	2.385.548	2.108.553

Até o mês de setembro de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes privados alcançou R\$ 91,4 milhões, ante os R\$ 74,5 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Valid Soluções SA e a Brasil Bolsa Balcão B3, conforme destacado a seguir:

Cliente Privado	Set/2025	Set/2024
Valid Soluções SA	30.853	30.228
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcao	26.633	23.424
Serasa SA	12.335	25
Uber do Brasil	11.006	10.976
Acesso Digital Tecnologia	10.551	9.886
Total 5 maiores clientes Privados	91.378	74.539

Cumpre destacar que o Serpro presta serviços também para o mercado internacional, atualmente com consultorias e processamento de dados. A receita bruta com os 05 maiores clientes somou R\$ 18,1 milhões, frente aos R\$ 1,5 milhão em 2024, com destaque para o Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas de Angola e a Incode Technologies dos Estados Unidos da América, conforme destacado a seguir:

Cliente Internacional	Set/25	Set/24
Serviço de Tec da Informação FP - Angola	7.509	0
Incode Technologies Inc.	6.307	72
Radiance Sea Hong Kong Limited	2.188	305
Sum and Substance Ltd	1.280	1.083
Jumio Corporation	822	10
Total 5 maiores clientes Internacionais	18.106	1.470

23.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$463,8 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Set/2025	Set/2024
Receita bruta	3.746.460	3.190.956
Deduções da Receita	(474.459)	(382.748)
(-) ISS	(40.003)	(42.914)
(-) PIS / PASEP	(30.200)	(30.525)
(-) COFINS	(139.235)	(140.702)
(-) ICMS	(19)	(10)
(-) CPRB	(118.881)	(132.930)
(-) Descontos concedidos	(529)	(2.848)
(-) Vendas canceladas	(145.592)	(32.819)
Receita operacional líquida	3.272.001	2.808.208

Quanto aos elementos que formaram a Receita Líquida, destacam-se: a redução da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, em função da reoneração gradual da folha de pagamento; o aumento das Vendas Canceladas, motivado por correção de procedimentos internos na ferramenta de ERP que processa o faturamento.

23.3 Custos e despesas totais

No exercício de 2025, foi realizada uma atualização no critério de direcionamento dos gastos por função, com reflexo na classificação contábil entre custos e despesas. Tal atualização decorre de uma mudança de estimativa contábil, resultante de uma compreensão mais precisa da natureza e finalidade dos subprocessos envolvidos na execução das atividades da entidade.

A evolução no modelo adotado permitiu aprimorar a alocação dos gastos às respectivas funções, considerando sua vinculação direta às entregas realizadas. Com isso: (i) A classificação como Custo dos Serviços Prestados (CSP) passou

a considerar de forma simultânea a natureza externa do serviço e a classificação funcional do subprocesso; (ii) Foi promovida uma reavaliação da natureza funcional de alguns subprocessos, com base em critérios técnicos atualizados. Como resultado, 22 subprocessos foram reclassificados de custo para despesa, e 2 de despesa para custo, refletindo melhor a essência econômica das transações.

Essa alteração não representa mudança de política contábil nem correção de erro, mas de um aprimoramento na aplicação dos critérios técnicos de alocação funcional, decorrente da evolução natural dos critérios de estimativa utilizados na classificação funcional dos gastos, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

A fim de tornar transparente o efeito das referidas melhorias, apresenta-se nos quadros comparativos tanto o modelo atualizado quanto o custo publicado anteriormente.

23.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Set/2025	Set/2024 Reclassificado	Set/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(1.053.043)	(922.101)	(996.521)	74.420
Depreciação/Amortização	(112.411)	(96.535)	(127.615)	31.080
Locação	(97.571)	(86.012)	(101.942)	15.930
Manutenção	(73.323)	(84.099)	(96.182)	12.083
Comunicação	(9.520)	(10.397)	(10.606)	209
Serviços Profissionais	(111.718)	(36.770)	(33.537)	(3.233)
Serviços Públicos	(9.777)	(13.294)	(15.660)	2.366
Operações Tributárias*	(14.268)	(1.966)	(2.183)	217
Créditos Tributários	102.000	37.532	37.532	0
Despesas Tributárias	(116.268)	(39.498)	(39.715)	217
Materiais	(1.267)	(964)	(1.305)	341
Gastos com Viagens	(3.858)	(3.516)	(8.725)	5.209
Ação Educacional	(808)	(714)	0	(714)
Publicidade	(3)	(13)	(145.089)	145.076
Exploração de Serviços	(171.127)	(144.848)	0	(144.848)
Outros custos	3.137	1.233	(2)	1.235
Totais	(1.655.557)	(1.399.996)	(1.539.367)	139.588

23.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

23.3.2.1 Despesas com vendas

Descrição	Set/2025	Set/2024 Reclassificado	Set/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(66.475)	(47.453)	(167.361)	119.908
Depreciação/Amortização	(271)	(287)	(1.080)	793
Locação	(93)	(195)	(586)	391
Manutenção	(970)	(1.255)	(4.958)	3.703
Comunicação	(62)	(43)	(106)	63
Serviços Profissionais	(706)	(772)	(6.140)	5.368
Serviços Públicos	(272)	(517)	(2.573)	2.056
Operações Tributárias	0	(47)	(233)	186
Créditos Tributários	0	0	0	0

Descrição	Set/2025	Set/2024 Reclassificado	Set/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas Tributárias	0	(47)	(233)	186
Materiais	(19)	(28)	(68)	40
Gastos com Viagens	(1.178)	(1.317)	0	(1.317)
Ação Educacional	(87)	(66)	0	(66)
Publicidade	(5.411)	(3.278)	0	(3.278)
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	(1.384)	(831)	(11.889)	11.058
Totais	(76.928)	(56.089)	(194.994)	138.905

23.3.2.2 Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Set/2025	Set/2024 Reclassificado	Set/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(721.273)	(612.729)	(418.402)	(194.327)
Depreciação/Amortização	(65.322)	(57.424)	(25.550)	(31.874)
Locação	(20.542)	(19.774)	(3.453)	(16.321)
Manutenção	(29.883)	(25.800)	(10.014)	(15.786)
Comunicação	(977)	(1.011)	(739)	(272)
Serviços Profissionais	(97.921)	(47.721)	(34.676)	(13.045)
Serviços Públicos	(9.483)	(6.910)	(2.488)	(4.422)
Créditos a Receber	-	0	0	0
Operações Tributárias	(17.323)	(5.391)	(4.988)	(403)
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(17.323)	(5.391)	(4.988)	(403)
Materiais	(732)	(565)	(184)	(381)
Gastos com Viagens	(5.584)	(5.947)	0	(5.947)
Ação Educacional	(3.468)	(3.665)	0	(3.665)
Publicidade	(1.168)	(1.334)	0	(1.334)
Resultado com ações Judiciais	(137.851)	(10.741)	(10.741)	0
Exploração de Serviços	(764)	(242)	0	(242)
Outras despesas	3.494	5.276	(4.467)	9.743
Totais	(1.108.797)	(793.978)	(515.702)	(278.276)

23.3.2.3 Ganhos/Perdas Líquidas e Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	Perdas Líquidas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Set/2025	Set/2024	Set/2025	Set/2024
Despesas de Pessoal	0	0	0	0
Depreciação/Amortização	0	0	0	0
Locação	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0
Serviços Profissionais	0	0	0	0
Serviços Públicos	0	0	0	0
Créditos a Receber	(3.995)	(146.702)	0	0
Operações Tributárias	0	0	0	0

Descrição	Perdas Liquidadas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Set/2025	Set/2024	Set/2025	Set/2024
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	0	0	0	0
Materiais	0	0	0	0
Gastos com Viagens	0	0	0	0
Ação Educacional	0	0	0	0
Publicidade	0	0	0	0
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	0	0	(3.787)	(21.524)
Totais	(3.995)	(146.702)	(3.787)	(21.524)

23.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados somados às despesas operacionais, apresentado de forma comparativa.

Descrição	Set/2025	Set/2024	Set/2024	Reclassificações
		Reclassificado	Publicado	
Despesas de Pessoal	(1.840.791)	(1.582.283)	(1.582.284)	1
Depreciação/Amortização	(178.004)	(154.246)	(154.245)	(1)
Locação	(118.206)	(105.981)	(105.981)	0
Manutenção	(104.176)	(111.154)	(111.154)	0
Comunicação	(10.559)	(11.451)	(11.451)	0
Serviços Profissionais	(210.345)	(85.263)	(74.353)	(10.910)
Serviços Públicos	(19.532)	(20.721)	(20.721)	0
Créditos a Receber	(3.995)	(146.702)	(146.702)	0
Operações Tributárias	(31.591)	(7.404)	(7.404)	0
Créditos Tributários	102.000	37.532	37.532	0
Despesas Tributárias	(133.591)	(44.936)	(44.936)	0
Materiais	(2.018)	(1.557)	(1.557)	0
Gastos com Viagens	(10.620)	(10.780)	(8.725)	(2.055)
Ação Educacional	(4.363)	(4.445)	0	(4.445)
Publicidade	(6.582)	(4.625)	(145.089)	140.464
Resultado com ações Judiciais	(137.851)	(10.741)	(10.741)	0
Exploração de Serviços	(171.891)	(145.090)	0	(145.090)
Outros	1.460	(15.846)	(37.882)	22.036
Totais	(2.849.064)	(2.418.289)	(2.418.289)	0

A estrutura de gastos do SERPRO de R\$ 2.849,1 milhões foi composta de 58,1% (R\$ 1.655,6 milhões) de custos e 41,9% (R\$ 1.193,5 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 430,8 milhões do gasto total (17,8%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas, destacam-se:

Despesas com pessoal, aumento de R\$ 258,5 milhões (16,3%): Os gastos com pessoal e benefícios totalizaram R\$ 1.840,8 milhões até setembro de 2025. A variação reflete tanto fatores estruturais da folha quanto efeitos conjunturais. O CSP respondeu por R\$ 1.053,0 milhões, com alta de 14,2% (+R\$ 130,9 milhões), enquanto as despesas de pessoal não diretamente relacionadas à prestação de serviços somaram R\$ 787,7 milhões, crescendo 19,3%

(+R\$ 127,6 milhões). Entre os principais vetores de elevação destacam-se o INSS Patronal (+R\$ 74,5 milhões), os novos empregados (+R\$ 39,6 milhões), a provisão do ACT 2025/2026 (+R\$ 33,8 milhões) e o crescimento vegetativo da folha (+R\$ 76,3 milhões, resultante de anuênios, promoções e reajustes anteriores). Também houve impacto da incorporação de gratificações (+R\$ 17,9 milhões) e dos incentivos ao PDV (+R\$ 10,1 milhões). Nos encargos sociais, observou-se um avanço de 54,2% (+R\$ 84,2 milhões), impulsionado principalmente pela contribuição ao INSS (+122,9%, ou +R\$ 74,5 milhões), refletindo a reoneração e o aumento do contingente de empregados.

Serviços Profissionais, aumento de R\$ 125,1 milhões (197,3%): O crescimento foi impulsionado por Serviços Profissionais e Contratados, especialmente em parcerias e projetos (+R\$120,8 milhões), com destaque para os contratos voltados à modernização tecnológica e suporte operacional visando o atendimento de novos negócios em Nuvem. Desses novos negócios, como o ambiente que suportará a Reforma Tributária.

Descrição	set/25	set/24
Parcerias e projetos (Nuvem)	136.137	15.292
Despesas operacionais Cassi	17.354	17.938
Serv. vigilância e segurança	14.098	12.787
Consultoria de TI	8.162	10.354
Serviço de limpeza	7.210	6.746
Demais serviços contratados	27.384	22.147
Total	210.345	85.264

Ações Judiciais, aumento de R\$ 127,1 milhões frente aos R\$ 10 milhões do exercício anterior: O aumento observado decorre da conjuntura jurídica que, no ano anterior, foi favorável ao Serpro com a reversão de provisões judiciais. Em 2024 houve uma reversão de R\$ 86,2 milhões, decorrente da mudança no critério de aplicação de juros sobre o valor de processos trabalhistas em decisões favoráveis ao Serpro.

Por fim, cabe observar um desequilíbrio no crescimento dos custos dos serviços prestados (18,25%) frente ao crescimento das despesas administrativas (39,65%) e despesas com vendas (37,15%). Destaca-se que eventos como o reconhecimento de Programa de Incentivos de Desligamento (R\$ 8,4 milhões) e a despesa atuarial relativa ao mesmo programa (R\$ 10,1 milhões) majoraram o valor das despesas de pessoal classificadas em despesas administrativas. O mesmo entendimento vale para a variação observada no resultado com ações judiciais, totalmente classificado em despesas administrativas. Pelo lado das despesas com vendas, a variação observada decorre da maior alocação de pessoas a estas atividades.

23.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Set/2025	Set/2024
Juros sobre aplicações financeiras	149.915	110.063
Atualização sobre créditos tributários	22.409	8.414
Multas e juros de clientes	12.011	16.208
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	8.035	12.619
Atualização de créditos junto à EFPC	6.550	6.047
Outras receitas financeiras	8.496	5.132
Total das Receitas Financeiras	207.416	158.483

Despesas Financeiras	Set/2025	Set/2024
Atualização de dividendos	9.425	6.657
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	7.044	8.532
Variações cambiais	7.484	1.155
Descontos concedidos a clientes	8.897	1.625
Outras despesas financeiras	738	1.288
Total das Despesas Financeiras	33.588	19.257

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento dos juros sobre as aplicações financeiras, pela manutenção de recursos em contas de rendimento para cobrir as necessidades de caixa futuras. Quanto à variação da despesa financeira, destaca-se a atualização dos dividendos (obrigatório e adicional) até a data do efetivo pagamento, bem como o aumento das variações cambiais ocorridas no período.

23.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

23.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Set/2025	Set/2024
IRPJ e CSLL correntes	(82.169)	(152.592)
IRPJ e CSLL diferidas	12.604	49.763
Total	(69.565)	(102.829)

23.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Set/2025	Set/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	596.763	529.145
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(202.899)	(179.909)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	120.730	27.317
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	82.233	86.539
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(26.399)	(91.772)
Juros sobre capital próprio	51.790	38.226
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	15.278	-
Outras adições e exclusões	(3.645)	(6.485)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	-	-
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	1.473	809
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(82.169)	(152.592)

Descrição	Set/2025	Set/2024
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	-	-
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	12.604	49.763
(d) Total dos Tributos Diferidos	12.604	49.763
(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)	(69.565)	(102.829)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-11,66%	-19,43%

A alteração da alíquota efetiva de 2024 para 2025 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Set/2025	Set/2024
Provisão Ativa Receita a Faturar	(73.649)	62.786
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	54.133	(41.473)
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	63	134.205
Passivo atuarial	33.714	31.729
Provisões sobre imunidade tributárias	(23.064)	57.911
Provisões sobre Medidas Compensatórias	12.111	(36.182)
Provisões acordo coletivo de trabalho	84.491	50.710
Demais provisões passivas	(10.154)	10.233
Total	77.645	269.919

23.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Set/2025	%	Set/2024	%
Receita Operacional Líquida	3.272.000		2.808.208	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(73.649)		62.786	
Receita Operacional Líquida a distribuir	3.198.351		2.870.994	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.477.240	77,4537	2.252.440	78,4550
Receita líquida atribuída ao setor privado	721.111	22,5463	618.554	21,5450

Descrição	Set/2025	Set/2024
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	596.763	529.145
Adições/Exclusões	(172.083)	(87.928)
Tributos com exigibilidade suspensa	6.158	35.297
Realização de Reserva de Reavaliação	978	1.008
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	103	129
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	1.528	21.308
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(180.850)	(145.670)
Lucro Líquido ajustado a atribuir	424.680	%
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	328.930	77,4537
Lucro atribuído ao Setor Privado	95.750	22,5463
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público	82.233	86.539

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 328,9 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 82,2 milhões do IRPJ corrente no terceiro trimestre de 2025.

23.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2024	DRE	PL	Set/2025
(a) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	163.155	27.956	(1.224)	189.887
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	54.282	11.412		65.694
Passivo atuarial	5.412	5.080	(1.463)	9.029
Provisões sobre imunidade tributárias	44.923	(1.826)		43.097
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	14.691	221		14.912
Provisões trabalhistas	25.807	13.840		39.647
Medidas compensatórias	12.196	1.948		14.144
Outras provisões	5.844	(2.719)	239	3.364
(b) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(72.896)	(15.352)	0	(88.248)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(22.295)	(11.101)		(33.396)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(17.650)	(2.960)		(20.610)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(15.323)	(78)		(15.401)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(17.628)	(1.213)		(18.841)
(c) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	90.259	12.604	(1.224)	101.639

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 101,6 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 189,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 88,2 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

23.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	596.763	596.763	-
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(202.899)	(202.899)	-
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	120.730	25.560	95.170
Incentivos fiscais	1.473	3.814	(2.341)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	21.746	21.746	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	82.233	-	82.233
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	15.278	-	15.278
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(82.169)	(177.339)	95.170

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 95,2 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

24. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpros – Fundo Multipatrocínado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

24.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocínado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

24.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocínado - Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Tesouro Santa Catarina		128.728		
Retenções e repasses			9.579	
Contribuições Paritárias			11.576	
Ações de Cobrança			13.344	
Total	-	128.728	34.499	-

O valor de R\$ 128,7 milhões no Ativo Não Circulante (faz parte do grupo Créditos Realizáveis a Longo Prazo) refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3^a do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 30/09/2025 é de R\$ 310,6 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 414º posição, no final do 3º trimestre de 2025.

24.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	(Despesas) / Receitas até set/2025
Contribuições à EFPC	(106.221)
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	6.550
Total	(99.671)

24.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição		Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Paulo Mendonça Júnior	x
	Conselheiro	Kleber Pereira dos Santos	x
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins*	x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva	x
	Conselheiro	André Gianini*	x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Mauro Roberto Simião**	x
	Conselheiro	Ana Maria Mallmann Costi	x
	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos**	x
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x

*Substituídos por Joyce Neyara Santos Lobo e Marco Antônio Sobrosa Friedl, a contar de 1/10/2025.

** Substituídos por Tiago Corrêa de Araujo e Guaraçay Augusto Ribeiro da Silva, a contar de 1/10/2025.

		Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes	x

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

24.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

24.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento até o 3º Trimestre de 2025 somou R\$ 2.751,8 milhões. A relação dos 10 maiores, que representam 92,7% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta 3º Tri 2025	Receita Bruta 3º Tri 2024	Δ %	Receita Bruta até o 3º Tri 2025	Receita Bruta até o 3º Tri 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	449.159	441.056	2%	1.319.883	1.255.021	5,2%
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	212.644	151.502	40%	597.994	440.754	35,7%
Ministério dos Transportes	53.308	45.921	16%	142.465	120.319	18,4%
Secretaria do Tesouro Nacional	47.463	43.650	9%	130.944	124.845	4,9%
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	43.940	43.339	1%	129.840	124.992	3,9%
Caixa Econômica Federal	69.911	6.280	1013%	95.105	34.423	176,3%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	20.503	17.031	20%	53.633	44.581	20,3%
MF Diretoria de Adm. Log.	0	22.025	-	31.072	60.262	-48,4%
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	8.409	6.616	27%	28.571	20.205	41,4%
Dnit-Departamento Nacional de Infraest.	8.774	5.745	53%	22.080	23.974	-7,9%
Demais Clientes	61.620	49.898	23%	200.163	143.055	39,9%
Total	975.731	833.063		2.751.750	2.392.431	

	Valores em aberto 2025	Valores em aberto de anos anteriores	Valores em aberto TOTAL
Secretaria da Receita Federal do Brasil	697.190	23	697.213
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	226.197	2.315	228.512
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	70.801	76	70.877
Caixa Econômica Federal	47.250	464	47.714
MF Diretoria de Adm. Log.	15.939	2.033	17.972
Secretaria do Tesouro Nacional	15.259	0	15.259
Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.144	2.794	7.938
Departamento Nacional de Infraestrutura	6.444	1.405	7.849
Superintendência da Zona Franca de Manaus	5.784	49	5.833
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	5.389	94	5.483
Demais clientes	19.046	6.592	25.638
Total	1.114.443	15.845	1.130.288

Quanto aos valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estes estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	3º Tri 2025	%
Créditos a receber de clientes a vencer	444.247	39,2%
Vencidos até 90 dias	491.279	43,3%
Vencidos de 91 a 365 dias	185.504	16,4%
Vencidos de 366 a 730 dias	3.475	0,3%
Vencidos de 731 a 1095 dias	3.832	0,3%
Vencidos acima de 1095 dias	5.819	0,5%
Total	1.134.156	100%

24.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Pública Federal, o excedente de caixa no importe de R\$ 1.527,2 milhões (Nota 4) e os depósitos judiciais e recursais efetuados a pedido da justiça alcançaram o montante de R\$ 394,5 milhões (Nota 19.3).

24.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas – Balanço Patrimonial

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo, considerando o que preconiza o Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de setembro de 2025, o SERPRO contava com 1.315 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Set/2025	Dez/2024
Ressarcimento - Folha de pagamento	45.727	54.322
Provisões ACT	5.758	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais	4.595	52
Total Circulante	56.080	54.374
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	140.814	122.330
Total Não Circulante	296.456	277.972

No circulante o saldo de maior destaque (R\$ 45,7 milhões em 2025) é referente às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas contra órgãos da administração pública federal pelas obrigações mensais. Já no ativo não circulante constam saldos a receber relacionados às sentenças judiciais de PSEs, em que o Serpro desembolsou recursos para tais pagamentos e, posteriormente, emitiu NRs contra os órgãos de atuação desses PSEs.

24.2.3.1 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas - Resultado

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o 3º Trimestre de 2025 foram emitidos R\$ 142,4 milhões em NRs, cujos 05 órgãos em maior volume financeiro (93,0% do total) encontram-se elencados a seguir:

	Valor 3º Tri 2025	Valor 3º Tri 2024	Δ %	Valor até o 3º Tri 2025	Valor até o 3º Tri 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	22.910	24.127	-5,0%	90.440	110.525	-18,2%
Ministério da Fazenda	4.339	6.513	-33,4%	17.762	19.568	-9,2%
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	2.585	4.331	-40,3%	10.392	12.901	-19,4%
Advocacia-Geral da União	2.515	3.857	-34,8%	10.159	13.138	-22,7%
Presidência da República	904	1.426	-36,6%	3.662	4.941	-25,9%
Outros	2.573	3.776	-31,9%	9.993	17.430	-42,7%
Total	35.826	44.030	-19%	142.408	178.503	-20%

24.2.4 – Medidas Compensatórias

As Medidas Compensatórias são valores que o Serpro devolve a alguns clientes, decorrentes da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores devolvidos no período estão apresentados a seguir:

	Valor 3º Tri 2025	Valor 3º Tri 2024	Δ %	Valor até o 3º Tri 2025	Valor até o 3º Tri 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	14.229	24.401	-41,7%	38.504	74.401	-48,2%
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	13.742	3.085	345,5%	26.030	21.794	19,4%
Ministério dos Transportes	38.652	31.869	21,3%	95.245	72.606	31,2%
Total	66.623	59.355	12,2%	159.779	168.801	-5,3%

24.2.5 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 267,6 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. O regime adotado para PIS-PASEP/COFINS é o cumulativo. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 19.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto (nota 24.2.1).

25. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

25.1 Remunerações

Os valores pagos até o 3º trimestre de 2025 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

25.1.1 Valores pagos

Remuneração	Set/2025
Empregados	1.238.934
Diretores	2.588
Conselho de Administração	215
Conselho Fiscal	129
Comitê de Auditoria	162
Soma Global	1.242.028

25.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO no trimestre, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ R\$ 46.586,29. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração no trimestre foi de R\$ 58.807,36 e a menor foi de R\$ 46.304,58, também considerando vantagens e benefícios, e

excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo reajustado, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 51.430,39 para o Diretor Presidente e de R\$ 45.258,75 para os demais diretores.

25.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.998,55/mês para cada Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 6.260,49/mês para cada membro.

25.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.221,11 a R\$ 69.971,08. A média salarial para esses cargos é de R\$ 15.200,39. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 6.816,66 e R\$ 59.786,81 e média de R\$ 26.079,68. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 16.600,01.

25.2 Empregados

Descrição	Set/2025
Número de empregados	7.439
Quadro Interno	6.124
Quadro Externo	1.315

25.3 Benefícios

Descrição	Set/2025
Assistência Médica	70.405
Assistência Odontológica	488
Auxílio Alimentação	62.856
Auxílio Creche	4.080
Auxílio Filhos Especiais	4.288
Previdência Complementar	100.034
Auxílio Transporte	10
Soma Global	242.161

26. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal,

percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

26.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
Receita operacional líquida	3.272.001	2.477.240
Custo dos serviços prestados	(1.655.557)	(1.478.034)
Lucro bruto	1.616.444	999.206
Despesas/Receitas operacionais	(1.193.507)	(1.065.530)
Despesas com vendas	(76.928)	(68.679)
Despesas gerais e administrativas	(1.108.797)	(989.903)
Ganhos/Perdas Líquidas	(3.995)	(3.567)
Outras despesas e receitas operacionais	(3.787)	(3.381)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	422.937	(66.324)
Resultado financeiro	173.828	127.049
Receitas financeiras	207.416	157.035
Despesas financeiras	(33.588)	(29.986)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	596.765	60.725
Imposto de renda e contribuição social	(69.565)	(19.274)
Correntes	(82.169)	(18.778)
Diferidos	12.604	(496)
Lucro líquido do exercício	527.200	41.451

26.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.